

AVANÇOS E RETROCESSOS DA REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA

Jean Melotti (apresentador)¹
Bruna Leticia Marques²
Mayara Cristina de Oliveira³
Daniela Savi Geremia⁴
Cláudio Claudino da Silva Filho⁵
Eleine Maestri⁶

Eixo: Planejamento e Gestão dos Sistemas de Saúde

Resumo: O presente trabalho analisa os possíveis impactos da reformulação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) no Sistema Único de Saúde (SUS). A pergunta norteadora deste estudo é: a quem interessa a nova PNAB? No decorrer do Componente Curricular “Fundamentos da Saúde Pública”, ofertado em caráter de turma especial em 2017.2 pelo curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó, realizaram-se discussões acerca dos recentes ataques ao SUS. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) está no primeiro nível de atenção no SUS, é considerada uma estratégia para

¹Acadêmico do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, jeanmelotti@gmail.com

²Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, bmarquizz@gmail.com

³Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, maya-sabadini@hotmail.com

⁴Doutora em Saúde Coletiva. Docente do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, daniela.geremia@uffs.edu.br

⁵Doutor em Enfermagem, Docente do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, claudio.filho@uffs.edu.br

⁶Doutora em enfermagem, Docente do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, eleine.maestri@uffs.edu.br



ANAIIS

a expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, uma das principais responsáveis pela diminuição da mortalidade materno infantil e o aumento da qualidade de vida dos brasileiros, com ações de promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde. Os recentes ataques ao SUS pelo atual governo, com forte alusão ao neoliberalismo, a exemplo da aprovação da Emenda Constitucional 95 que agrava o subfinanciamento crônico da saúde pública, congelando os investimentos por 20 anos. Também com a aprovação da “retrógrada” “nova” PNAB, que na prática rompe com a organização e funcionamento do SUS, premeditando a organização da Atenção Básica baseada em princípios opostos aos da Atenção Primária de Saúde estabelecidos em Alma-Ata que foram adotados no SUS. A reformulação foi criticada por pesquisadores(as) e entidades do movimento de Reforma Sanitária por apontarem para o enfraquecimento da ESF, como modo de organização da Atenção Primária da Saúde através da possibilidade de financiamento federal de outras modalidades de Atenção Básica. Ainda, a portaria não define o número mínimo de ACS por equipe, sugere o compartilhamento de funções com os Agentes de Endemias, fragilizando os profissionais e a cobertura do território além da não obrigatoriedade da presença de profissionais de saúde bucal e dos ACS nas equipes de Atenção Básica. Também, as Unidades Básicas de Saúde passarão a oferecer um conjunto de serviços básicos para a população. Ou seja, a reformulação da PNAB abole a prioridade da ESF, deixando os municípios com autonomia para administrar os recursos federais e agravando o crônico financiamento do SUS, ameaça a presença da equipe de saúde bucal e das ACS, que são o elo entre o serviço e a população e que contribuem fortemente na cobertura de territórios urbanos e rurais, e sugere que as equipes de atenção básica realizem um pacote mínimo de serviços, o que reduzirá a oferta aos usuários já que desobriga as equipes e municípios oferecerem além do pacote mínimo. Os interesses em comum do atual governo, aliado ao corporativismo de classes profissionais com poder hegemonicamente instituído sobre as demais, parecem pretender acabar com o SUS por asfixia para defender a bandeira de Planos Populares de Saúde. Diante



ANAIS

disso, a “retrograda” “nova” PNAB atende uma pauta corporativista e mercadológica, sendo uma grave ameaça à Atenção Básica. Assim, tomamos posição contrária à atual reformulação da PNAB, pela revogação da EC 95, e em defesa do SUS público e de qualidade, pois saúde é um direito, e não mercadoria.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Saúde Pública; Enfermagem.